

A NATUREZA DOS ROMÂNTICOS BRASILEIROS: UMA LEITURA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Ana Carolina Vila Ramos SANTOS¹

■ **RESUMO:** Nesse artigo, proponho uma breve incursão à história do que se pensou sobre a relação entre natureza e sociedade no pensamento social brasileiro do ponto de vista dos estudos contemporâneos da sociologia ambiental brasileira. Como primeiro passo nessa ampla proposta, abordo a idéia de natureza tal como construída, especialmente, nos romances regionalistas da literatura brasileira de meados do século XIX.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Romantismo. Pensamento Social Brasileiro. Ecologia.

Introdução

No âmbito da sociologia, não são muitos os trabalhos que, preocupados com a questão ambiental, voltam-se à história do que se pensou acerca das relações entre natureza e sociedade. A proposta deste texto é trazer à tona as reflexões presentes na história do pensamento brasileiro acerca da relação natureza/sociedade como primeiro passo na tentativa de decifrar os atualíssimos dilemas ambientais. Como atenta Moraes (1994), todo avanço em qualquer área do conhecimento demanda um acompanhamento crítico constante; é exatamente essa atenção crítica que permite agregar, de forma inteligível e perspicaz, os novos conhecimentos que o desenvolvimento da pesquisa vai trazendo. Dito de outra forma, sem o constante trabalho de vigilância epistemológica e semântica – com base na história e

¹ UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brasil. 13083-896.

no “raciocínio” da disciplina, conforme aponta Passeron (1995) – não é possível operar o balanço crítico das novas técnicas, das novas teorias e dos caminhos trilhados dentro dos marcos do conhecimento disciplinar.

Um primeiro resultado deste exercício compreende a recuperação da temática na história da disciplina. Há passos da reflexão sociológica cujos descumprimentos podem comprometer o encaminhamento futuro da discussão ambiental na disciplina. Gerar análises sociológicas da questão ambiental demanda toda uma labuta de cunho acentuadamente teórico-metodológico, por isso, um trabalho inicial de levantamento do tema nos autores clássicos, de esclarecimento de suas possibilidades de formulação nas perspectivas atuais, de construção de um quadro conceitual para abordá-lo, enfim, de torná-lo um ponto de preocupações desta disciplina (integrando-o ao seu universo de reflexão), faz-se absolutamente fundamental.

Esse texto se insere nesse esforço de produção de um discurso próprio à sociologia acerca dos temas ambientais. Trazer à luz o modo como as relações natureza e sociedade foram tratadas no pensamento social brasileiro é, gostaríamos de propor, um exercício crucial nas tentativas de compreensão dos “dilemas ambientais” que são parte dos dilemas sociais e históricos que vem sendo tratados por gerações de intelectuais brasileiros. Recuperar as análises acerca das interações ambiente e sociedade na história das ciências sociais, em especial da sociologia, é parte de um esforço visando demonstrar que esse saber tem sido capaz de tratar do tema a partir de suas particularidades, resguardadas as fronteiras, as possibilidades e os limites da abordagem sociológica no trato da questão ambiental. A natureza dos românticos é um primeiro passo nessa tentativa de descobrimento de nosso passado intelectual. Antes, contudo, atentemos para algumas advertências metodológicas na condução deste empreendimento.

O interesse da sociologia pelos temas ambientais e o surgimento de uma tendência de pesquisa chamada sociologia ambiental devem ser compreendidos pelo exame do lugar social em que essas pesquisas começam a ser realizadas. Tomar esta intenção como ponto de partida da análise dos clássicos do pensamento brasileiro torna clara a necessidade de uma atenção especial quanto à aplicação de idéias e proposições do presente em relação ao passado; a ausência desta preocupação

pode produzir formas de “absurdos históricos” que deturpam e comprometem a análise (SKINNER, 1998).

A atribuição a um autor de ideias e significados inexistentes na configuração teórico-metodológica do período de elaboração e produção de determinada obra constitui-se num “absurdo histórico” que compromete inteiramente a efetiva compreensão da obra e do autor. Grande parte da literatura contemporânea sobre o tema ambiente e sociedade (ALONSO; COSTA, 2002; FERREIRA, 2006; LEIS, 2001) mostra que é possível reconhecer as contribuições das teorias da modernização reflexiva (MOL, 1997) e da teoria da sociedade de risco (BECK, 1992) na análise dos efeitos deletérios identificados com o avanço do industrialismo na sociedade contemporânea. Entretanto, retroceder a análise, intentando recuperar as possíveis contribuições das teorias clássicas da sociologia ou do pensamento social brasileiro, não seria forçar em muito o argumento atribuindo a contextos diversos temas que são caros à reflexão contemporânea?

Incorrer-se-ia no anacronismo se não se levasse em conta que, parafraseando Duarte (2005), a história é uma professora refinada, mas apenas se mantivermos em mente o quanto o passado é diferente do presente. Ou seja, recuperar os modos pelos quais as relações sociedade e natureza foram tratadas no pensamento implica aceitar que estas interações são diferentes em configurações históricas e sociais distintas e que foram abordadas de formas peculiares a estas configurações.

Um segundo “absurdo histórico” consiste na tradução de uma simples referência a uma temática em determinada obra em uma busca obstinada por um corpo de ideias estranhas às intenções do autor, tal como se aquele corpo de ideias sempre houvesse estado presente, recôndito, sem ter recebido a devida atenção dos historiadores e sociólogos. A análise da forma pela qual a relação entre natureza e sociedade foi vista pelos românticos tem como intenção maior compreender as especificidades históricas e individuais do tratamento dado à questão numa determinada configuração histórica, social e intelectual: longe de absolutizar a abordagem do tema natureza e sociedade – perseguindo as origens de uma sociologia ambiental no país, por exemplo – intenta-se apontar a riqueza metodológica e teórica das obras ao explorar mais um ponto de vista, mais uma leitura das obras e dos autores.

A análise do contexto cultural e social de produção das obras oferece meios para escapar desses “absurdos históricos” quando se delinea um quadro no qual são expostas as características fundamentais da ambiência política, social e intelectual na qual surgiram as ideias. Trata-se de compreender a constelação de questões que se constituíram como problemas e desafios de uma determinada época e captar as reflexões e as respostas elaboradas pelos autores (MEUCCI, 2006).

Olhemos, então, para as primeiras impressões de nossos intelectuais sobre a natureza brasileira que se articula de forma profunda a um debate muito caro ao pensamento social brasileiro: a questão nacional.

A história começa no Romantismo...

A América colocou em suspensão os grandes esquemas de explicação do mundo natural e cultural quando de sua “descoberta”: o mundo amplia não só suas fronteiras físicas, mas também as imaginárias. Aquela imensidão de terra e gente, tão distantes da realidade europeia, passa a ser objeto de curiosidade e estudo. A época das grandes viagens inaugura um momento peculiar na história ocidental – a percepção da diferença entre os homens e as sociedades torna-se tema constante de debate e reflexões.

A “disputa” em torno dos significados do Novo Mundo tem uma longa história: a América é um grande ponto de interrogação à razão e à sensibilidade europeias e a ânsia de definição do Novo Mundo *em relação* à Europa é renovada na história do pensamento ocidental. O pensamento científico é o instrumento *per se* da análise dessa distância, e o desafio de esclarecer de forma lógica-racional a variedade da vida na América e medir a capacidade de progresso de seu nativo mobilizou gerações de naturalistas, escritores, eruditos europeus.

A natureza é um elemento utilizado na medição da distância (não só geográfica, mas histórica) do Novo Mundo com relação à Europa: como argumenta Gerbi (1996), a natureza não era apenas mais um fator, mas sim um elemento que permitia desenhar uma explicação unitária – bem ao gosto do racionalismo neoclássico – de uma infinidade de fenômenos geográficos e históricos.

A “disputa” toma vigor com o naturalista francês Buffon (1707-1788) que sentencia a inferioridade e a debilidade da natureza americana; o estado bruto da natureza americana era hostil ao desenvolvimento da vida – a natureza, sem a marca do empreendimento humano, tudo enlanguescia, deformava, corrompia. Buffon dá vida a uma concepção muito cara ao pensamento do século XVIII: a estabilidade da criação divina. “Quanto mais estável é uma coisa, mais se torna divina e jubilosa por permanecer semelhante a si mesma, quanto mais variável mais distante de Deus e sujeita a corrupção” (GERBI, 1996, p.34).

A percepção fixista da natureza, que atribui ao Criador a disposição do espetáculo da natureza, tem origens na concepção antropocêntrica do universo desenvolvida na Antigüidade Clássica: esta visão de mundo estabelecia uma correspondência entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o homem e o universo. “A beleza da natureza atesta o poder e a bondade do Criador”, como assinala Corbin (1989, p.34). Propõe, também, tal visão uma abordagem científica que objetiva “o inventário da criação”: um vínculo é estabelecido entre “[...] a paciência do colecionador, a curiosidade do sábio e a piedade do cristão.” (CORBIN, 1989, p.35).

A estabilidade da criação divina, ideal tão caro aos naturalistas do século XVIII, era posta à prova diante da multiplicidade da “vida americana”: mudanças de variedade e espécies em plantas e animais eram tomadas como sinônimo de *degeneração*. Com Buffon, o eurocentrismo se afirma na ciência da natureza.

O imaginário europeu acerca da América se constrói em torno da ideia de “novidade”: novidade esta que não se resumia à surpresa da “descoberta” de terras tão vastas e à ampliação das fronteiras do mundo conhecido, mas, antes, dizia respeito à rusticidade, ao caráter primitivo do continente. A América era vista como sinônimo de barbárie.

Tudo parece coincidir em provar igualmente que a maior parte dos continentes da América era terra nova. Ainda fora do alcance da mão humana e na qual a natureza não teve tempo de estabelecer todos os seus planos, nem de se desenvolver em toda a sua extensão [...] e que dentro de alguns séculos, quando se tiverem arroteado as terras, abatido as florestas, regularizado os rios e contido as águas, esta mesma terra passará a ser a mais fecunda, a mais sã, a mais rica de todas, como já parece sê-lo em todas as partes onde o homem a trabalhou. (GERBI, 1996, p.27).

A natureza intocada pela mão do homem era o emblema da distância entre a Europa e a América, entre a barbárie e civilização¹. A amplitude e riqueza da natureza americana tinham como contraponto a pequenez do homem, este nada mais que um animal de primeira classe que “[...] existia para a natureza apenas como um ser sem consequência, uma espécie de autômato impotente, incapaz de reformá-la ou auxiliá-la.” (GERBI, 1996, p.21).

A arte talvez seja de grande utilidade na compreensão do imaginário europeu sobre a natureza americana. O cenário imaginado por Buffon é tal qual aquele narrado numa *Tapeçaria Gobelin*, do século XVIII, intitulada “*Le Roi porté*” (Figura 1) – o encontro do homem com uma natureza em seu excesso.



Figura 1 - Manufatura Gobelin: “Le Roi Porté” - França. Século XVIII. Tapeçaria/ 386x358. Instituto Ricardo Brennand, Recife-PE.

Fonte: Catálogo da exposição “O Instituto Ricardo Brennand e o Resgate do Brasil Holandês” (SESI; INSTITUTO RICARDO BRENNAND, 2007).

¹ Devo alertar que a narrativa da “disputa” apresentada por Gerbi (1996), bem como a leitura que faço da “novidade” da América, dá conta de apenas uma faceta do imaginário europeu acerca da América, o “motivo satânico” (CARVALHO, 1998). O “motivo edênico” (CARVALHO, 1998) mobilizou muitas almas que para a América se aventuraram nos primeiros séculos da nova terra e persistiu como utopia nos séculos de ocupação e exploração das vastas amplitudes americanas. Wegner (2000) nos mostra a persistência desse imaginário quando analisa a obra *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda, localizando-a no debate norte-americano dos anos 1950 sobre a conquista do Oeste americano. Em meu trabalho, privilegio o “motivo satânico” para tentar compreender o modo como natureza e sociedade dão conta da inferioridade do Novo Continente e assim melhor perceber as respostas formuladas pelos intelectuais nativos que tomam natureza e cultura numa chave extremamente positiva, da singularidade da nova sociedade frente à civilização europeia.

O motivo dessa peça é o exótico da natureza e da gente americanas. O ponto de vista a partir do qual o artista elabora sua obra é o do viajante. O ímpeto do artista é descortinar o espetáculo e a surpresa da paisagem, “[...] o viajante vive na esperança de ver continuamente novos lugares surgirem a seus olhos. É essa busca perpétua da novidade que mantém a alma em uma espera contínua e agradável.” (CORBIN, 1989, p.155).

A cultura do turista comanda a triagem dos elementos que comporão a paisagem. Como Corbin (1989, p.154) esclarece: “[o] recorte do pitoresco no interior do espetáculo natural repousa sobre as noções de composição e efeito; impõe uma mecânica do olhar que o viajante há muito se acostumou a exercitar no interior do jardim [...]”.

A paisagem agrada na medida em que oferece ao observador um quadro esperado: o pitoresco, uma sensibilidade estética que toma forma em meados do século XVIII, que tem em William Gilpin (1724-1804) seu grande deflagrador², diz respeito ao gosto pelo limite, pela permanência.

Como argumenta Gombrich (1990), a idéia da beleza natural como inspiração artística inverte os termos do processo por meio do qual o artista descobre a beleza da natureza.

Quando dizemos que uma determinada cena é pitoresca [...] é porque ela nos lembra pinturas que já conhecemos. Para o pintor, por sua vez, nada pode tornar-se um “motivo”, exceto aquilo que ele pode assimilar ao vocabulário que já domina. Como diz Nietzsche, sobre o pintor realista: “Toda a Natureza, fielmente”- mas por qual artifício pode a Natureza sujeitar-se à coerção da arte? O menor de seus fragmentos é ainda infinito! E, assim, ele só pinta aquilo de que nela gosta. De que ele gosta? Daquilo que é capaz de pintar! (GOMBRICH, 1990, p.154).

Conhecer para dominar: o desejo de usufruir da visão de um panorama e de encerrar num quadro a paisagem assim descoberta começa a tomar forma neste período em que o mundo amplia as suas fronteiras. O olhar didático sobre a paisagem (anotada, desenhada, pintada, medida, conhecida) é um dos elementos do olhar do turista:

² Em 1768, Gilpin publica seu popular “*An Essay on Prints*” no qual define “pitoresco” como o tipo de beleza agradável à pintura; nesta obra, Gilpin expõe os “princípios da beleza pitoresca” baseados em seu conhecimento da pintura de paisagens que toma, mais e mais, apreciadores na Inglaterra em meados do século XVIII.

A fruição total do panorama implica a partir de agora a multiplicidade dos conhecimentos e das curiosidades. Todas juntas, a geologia, a geografia, a botânica, a história, a economia, a estética e a etnologia dão sua contribuição. Essa prática corresponde às maneiras de viajar ditadas em guias cujo espantoso apetite de saber intriga o turista da época.

[...]

Uma vez atingido o ponto de vista, o viajante realizado pode desfrutar aí as emoções da surpresa e do maravilhamento, quando não da descoberta, e satisfazer seu desejo de acumular, entesourar os conhecimentos, e usufruir o prazer proporcionado pela denominação, pela enumeração dos lugares e das coisas. (CORBIN, 1989, p.156-157).

A tapeçaria é um cartão-postal do Novo Mundo, um retrato esperado na medida em que corresponde ao imaginário europeu sobre a nova terra e seus habitantes. Imaginário e ciência, fantasia e realidade, conformam os contornos e a disposição dos animais, plantas e das figuras humanas que compõem um retrato da gente e da natureza do Novo Mundo: diversas informações (científicas, econômicas e morais) compõem um complexo conjunto pictórico da paisagem natural e humana da nova terra. Como registro pictórico da “novidade” da América, penso que o mote central da ilustração é a distância, geográfica, natural e humana, da Europa com relação a América.

Toda a extensão da tapeçaria está repleta de animais e plantas que se enroscam, confundem-se o rei negro é mais um elemento em meio à natureza³; ele se mistura simbioticamente à trama de animais e plantas – um animal de primeira classe em meio a bicharada, mas ainda um animal, como argumenta Buffon (GERBI, 1996). O excesso de bichos e a profusão de plantas, somados à relação simbiótica dos negros com a natureza, são elementos que sugerem uma indefinição entre cultura e natureza; a natureza tropical em seu excesso e o homem em sua pequenez são os elementos que nos contam da distância que separa a

³ Há, contudo, elementos no retrato que sugerem a possibilidade da superação do estado bárbaro: uma espécie de crucifixo que se prende ao pescoço do rei, por exemplo; ou as armas que o rei porta em suas mãos sugerindo o domínio do homem sobre a natureza. Entretanto, penso que o tema central da tapeçaria é o estado de harmonia entre homens e animais: ainda que as armas estejam presentes, não há animais em posição de ataque; há, sim, um sentido de convivência entre natureza e homem, ideal bem distante do racionalismo cartesiano do século XVII, que fez dos homens senhores e possuidores da natureza (THOMAS, 1988), e do ímpeto classificatório da História Natural do século XVIII que tomava as plantas e animais a partir dos critérios *humanos* de utilidade, comestibilidade e periculosidade (THOMAS, 1988).

América da Europa, o selvagem do civilizado, a *hybris*, segundo Araújo (1994), da natureza cultivada.

A disputa visivelmente se desloca do mundo físico para o mundo humano quando percebemos os encontros entre imaginário e ciência na elaboração das narrativas sobre o Novo Mundo. O desenvolvimento da “disputa” narrada por Gerbi (1996) radicaliza o determinismo natural: o abade alemão De Pauwn e suas *Recherches Philosophiques sur les Américains* (1768) promovem a associação inquebrantável entre inferioridade natural e inferioridade humana das Américas que será desenvolvida por um sem número de pensadores pelos séculos vindouros.

A suposta inferioridade do continente, de sua natureza e de sua gente, começa a ser contestada por seus filhos em fins do século XVIII e por todo o século XIX: *crioulos* da América Hispânica e os patriotas americanos desenham outro sentido para a “novidade” da América.

Para o oeste segue o Império a caminhar;
Dos atos, já se foram os quatro primeiros,
Um quinto, o drama com glória irá encerrar:
Os frutos mais nobres são os derradeiros
(GERBI, 1996, p.121).

Não nos esqueçamos do efeito contestador das propostas de Alexander Von Humboldt (1769-1859) sobre a tese da inferioridade natural da América: “[...] pode-se dizer que com Humboldt o pensamento do Ocidente empreende finalmente a conquista pacífica e anexa idealmente a seu mundo, ao Cosmo único, aquelas regiões que até então tinham sido quase somente objeto de curiosidade, estupor e zombaria.” (GERBI, 1996, p.309). Ao reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir a constância dos fenômenos em meio a suas variações aparentes, Humboldt afirma sua convicção sobre a substancial identidade natural de todos os homens em toda a escala da civilização. A despeito do espírito renovador das propostas humboldtianas, o debate acerca da inferioridade do Novo Mundo está preso às formulações de De Pauwn: os *crioulos* e patriotas se conservam na atmosfera intelectual do século XVIII, isto é, eles *aceitam* as teses de Pauwn para então refutá-las.

Assim, a tese sobre o futuro radioso da América começa a se enquadrar nos caminhos desenhados pela fé do progresso, porém por uma via muito peculiar: o orgulho americano nascia como

louvor dos méritos físicos do país, e não como ostentação de uma herança histórica ou de uma antiguidade mítica; a fecundidade da natureza exuberante era garantia de desenvolvimento material e moral do continente. Na terra de natureza abundante, o sucesso humano era promessa.

Secretamente ligado com a satisfação pela benignidade da Natureza era o júbilo por sua abundância e vastidão. A área imensa do continente era confrontada com a superfície minúscula da raquítica Europa [...] uma transposição ainda mais ágil [...] tinha como corolário a garantia de um futuro magnífico para terra tão espaçosa, fecunda e imponente. O ambiente era auspício seguro de glória. (GERBI, 1996, p.192).

O ambiente prevalece sobre a herança; a geografia sobre a história. A exaltação da Natureza era parte do ataque às regras, tradições, hierarquias e idolatrias que tomara foro de elemento programático do Romantismo. O nascimento da América tinha como contraponto histórico uma revolução no conceito de civilização: o *Sturm und Drang* se erigia pautado no desprezo pelas Luzes e na exaltação da natureza como celebração do sentimento imediato, do Absoluto; exaltação que operou a síntese entre história e natureza, homem e mundo, própria do romantismo maduro.

Ao invés de ser um princípio de encadeamento das coisas a ser apreendido pela razão humana, como postulavam os neoclássicos (lembremo-nos da “crença universal” na analogia entre mundo natural e mundo humano nos primeiros tempos modernos), a natureza, no romantismo, é o cosmos que entrelaça o destino humano e o mundo físico, em seu esplendor e mistério, numa mesma torrente de ventura, sensações e sentimentos. Como esclarece Candido (1975, p.24):

O individualismo, destacando o homem da sociedade ao forçá-lo sobre o próprio destino, rompe de certo modo com a idéia de integração, entrosamento – quer dele próprio com a sociedade em que vive, quer desta com a ordem natural entrevista pelo século XVIII. Daí certo baralhamento de posições, confusão na consciência coletiva e individual, de onde brota o senso de isolamento e uma tendência invencível para os rasgos pessoais, o ímpeto e o próprio desespero.

No Romantismo brasileiro, nos romances regionalistas especialmente, encontraremos essa exaltação à natureza como forma de exercício do patriotismo. Contudo, o apego à realidade, a descrição objetiva do cotidiano e da vida social, se apresenta como um *contrapeso* ao individualismo e ao lirismo tão peculiares ao romantismo. Dar a conhecer o Brasil constituía-se na grande missão do romântico. A natureza, nos romances regionalistas, é um aspecto do mundo exterior, concreto, palpável, objeto de uma detalhada descrição e estudo que parece convidar o leitor a encarar o país de um ponto de vista renovado: de quem conhece, aprecia e, mais do que isso, admira. Contudo, esse caráter descritivo extrapola os limites do mundo físico e dá vida e movimento aos personagens e enredo: a natureza enlaça o humano numa “*ambiance*” de harmonia e comunhão, como tratarei a seguir. O importante a apreender do sentido que a idéia de natureza toma no regionalismo brasileiro desse período é que, como argumenta Ventura (1991), a natureza deixa de ser espaço de contemplação nativista para se tornar liame que dá coesão e sentido às matrizes étnicas e culturais aqui aportadas pelo caminhar da história.

A exaltação da natureza como forma de exercício do patriotismo é marca da literatura brasileira já em seu preâmbulo. O romantismo brasileiro desenvolve as tendências nativistas já presentes no arcadismo: o corte crucial entre a produção árcade e a romântica localiza-se no plano da realidade, e tem como marco a independência política do país. A um país livre corresponderia uma literatura livre – esse era o mote da produção espiritual do “oitocentos”. Como argumenta Candido (1975, p.15),

O Romantismo brasileiro foi por isso tributário do nacionalismo; embora nem todas as suas manifestações concretas se enquadrassem nele, ele foi o espírito diretor que animava a atividade geral da literatura. Nem é de espantar que assim fosse, pois sem falar da busca das tradições nacionais e o culto da história, o que se chamou em toda a Europa “despertar das nacionalidades”, em seguida ao empuxe napoleônico, encontrou expressão no Romantismo. Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o nacionalismo foi manifestação da vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do próprio contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadramos. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de

sentimento nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata-afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular.

Desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, o patriotismo, tomado como o sentimento de apreço pela jovem nação, encaminha a conformação de uma literatura independente, instrumento da atividade intelectual que assume o sentido de uma missão patriótica na construção da jovem nação.

A valorização da natureza local foi um dos elementos mobilizados no clamor pela autodeterminação nacional em oposição às antigas metrópoles: a natureza elevaria os países americanos, postando-os em pé de igualdade com os países do Velho Mundo. A opulência do trópico, sua vitalidade e originalidade, eram estímulos ao pensamento- a natureza tropical em sua peculiaridade haveria de inspirar os poetas e encaminhá-los à criação de uma literatura local e à uma civilização opulenta e cheia de energia criadora.

É no gênero romance, como já explicitado, que encontramos o trabalho do romântico no burilar a paisagem tropical como inspiração. O ímpeto que alinhava as produções de José de Alencar, Afonso Taunay, Franklin Távora e Bernardo Guimarães (todos alinhados ao chamado regionalismo romântico) é dar voz à novidade simbolizada pelo país, é a ânsia por conhecer e fazer conhecer o país: as descrições de lugares, cenas, fatos e costumes do país eram elementos importantes dos romances, estes concebidos como “instrumentos” no despertar no brasileiro o interesse pelas coisas e pela gente de seu país.

O grande mote dessa produção é a feitura de um *retrato* do país. A lógica que comanda a escolha dos objetos que compõem a cena é o “pitoresco”, a “cor local” numa expressão muito cara aos literatos do período. A natureza tropical como objeto; as idéias européias como instrumento: a contradição entre “[...] o amor da pátria e da terra brasileiras e o desejo e projeção da civilização imaginada, a ser construída pelos artifícios da razão, também européia.” (NAXARA, 2001, p.431). A ambivalência do nosso romantismo se mostra clara no tênue equilíbrio entre o dado local (substância da expressão, o índio, o sertanejo e a natureza tropical como exemplos) e os moldes herdados do pensamento europeu (as formas de expressão do lirismo do romancista). Como nos ensina Candido (1975, p.102), nossa literatura consiste numa

superação constante dessa ambivalência, dos obstáculos “[...] entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes.”

Sugestões externas e tendências locais: o nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações da autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória, ainda que sob a exaltação da magnitude da natureza e da coragem e tenacidade do índio, dá forma a uma relação eurocêntrica com o meio local e à abordagem etnocêntrica das culturas populares. Como argumenta Candido (1975), o indianismo dos românticos tem como estímulo *particularizar, nacionalizar* os grandes temas do romantismo europeu,

[...] as grandes atitudes de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-as na realidade local, tratando-as como próprias de uma tradição brasileira. Assim, o espírito cavaleiresco é enxertado no bugre, a ética e a cortesia do gentil-homem são trazidas para interpretar seu comportamento. (CANDIDO, 1975, p.21).

A natureza, no desenho desse retrato, é peça chave; como argumenta Ortiz (1988), os românticos brasileiros partem de uma posição diversa daquela ocupada pelos seus colegas europeus—estes se voltam a História e tomam o passado medieval como as raízes seculares das nações; aqueles olham para o futuro. A América nascia como uma anti-história, como devir, promessa de futuro grandioso. Nesse projeto, a natureza – em seu vigor e pureza virginal – acena possibilidades infinitas a um país novo, “sem história”: ou seja, se não há feitos gloriosos dos quais se orgulhar, resta-nos a natureza, ao menos, como possibilidade de um futuro grandioso. Natureza, como promessa de futuro, é evasão da realidade nacional tão distante do gabarito ocidental.

Essa profunda identificação entre natureza e destino humano provê ao romance regionalista brasileiro uma outra peculiaridade: o mundo físico invade o mundo humano e a natureza assume um caráter mimético, como sugere Volobuef (1999). Mimese, no sentido construído por Volobuef (1999), retira a carga determinista da natureza física, o sentido de causalidade entre natureza e sociedade que marca o pensamento ocidental no período neo-clássico, como apontamos acima.

Spitzer (1942) nos oferece uma boa sugestão para entender o sentido que a idéia de natureza assume no romance regionalista; ao promover uma “arqueologia” da idéia ‘milieu’ no pensamento ocidental, Spitzer (1942) contrapõe ao sentido fatalista e determinista dado por Hyppolite Taine (1828-1893) a *milieu*, o conceito de “*ambiance*”⁴ tal como surge no debate travado entre os irmãos Goncourt⁵ e o erudito francês.

Ao rebaterem o determinismo que Taine estabelece entre produção artística e “*milieu*”, os Goncourt acenam com um sentido poético em que a causalidade entre “meio” e sociedade é matizada; assim, o vocábulo⁶ “*ambiance*” recupera o sentido de *harmonia* e *simbiose* entre homem e universo (a natureza como expressão do Absoluto, como há pouco sugeri) ao ser tomado como “aquilo que enlaça, que comunga” numa clara oposição ao sentido trágico e fatalista do “*milieu*” taineano. Uma metáfora nos esclarece a comunhão harmônica expressa na “*ambiance*” dos Goncourt: o homem liga-se ao meio em que vive não como um prisioneiro à sua jaula, mas como um homem à sua casa – “*l’habitant et la coquille; l’homme et le milieu*”, nas palavras dos irmãos. (SPITZER, 1942, p.186).

É nesse sentido que podemos pensar no caráter mimético da natureza nos romances regionalistas brasileiros: as comparações e metáforas, figuras de linguagens tão caras à estética regionalista desse período, sugerem que natureza e homem, aos olhos do poeta, são feitos da mesma substância e por isso equivalem-se no protagonismo da formação nacional.

O romance regionalista de José de Alencar, nosso “pintor-paisagista” (BOSI apud VOLOBUEF, 1999, p.233), é repleto dessas identificações: a história da bela Iracema, por exemplo, é contada por meio de uma sucessão de metáforas ancoradas em objetos típicos das paisagens brasileiras. Nosso céu, nossas águas e nossas florestas comungam com o homem transformando-o em “brasileiro” e inoculando-lhe um temperamento *naturalmente* nosso. A cor local contamina o mundo humano e enlaça num

⁴ Optei por não traduzir o vocábulo por não ter feito um estudo acurado dos usos e sentidos da palavra equivalente em português, “ambiência” entendida como “meio material ou moral onde se vive”. Embora “ambiência” seja originária do vocábulo francês, não é possível afirmar se a palavra, em português, carrega o sentido primeiro do vocábulo, aquele explicitado pelos Goncourt.

⁵ Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870) Goncourt notabilizaram-se pela extraordinária e rica parceria literária. Entre 1860 e 1869, os irmãos publicaram seis romances nos quais aliam cuidadosa pesquisa à imaginação literária na descrição da vida cotidiana.

⁶ Spitzer (1942) não atribui aos Goncourt a criação do neologismo; contudo, a difusão de “*ambience*” no sentido que aqui apresentamos tem como referências esses irmãos, segundo o autor.

mesmo destino natureza e sociedade. E nossa História começa como um projeto, no qual a natureza tem centralidade.

Uma referência de J.W. Goethe (1749-1832) é esclarecedora do sentido que a natureza assume no romance brasileiro:

A natureza! Ela nos cerca e nos possui por todos os lados, sem que esteja em nosso poder colocar os pés fora de seus limites ou nela penetrar um passo sequer. Sem que tenhamos solicitado e se que nos tenhamos advertido, ela nos recebe em seu turbilhão, nos arrasta em sua dança, até que a lassidão nos tome e deixemos cair os braços. Eternamente, ela engendra formas novas [...]. (GOETHE apud NAXARA, 2001, p.436).

Nesse processo de “autodefinição da consciência local” (CANDIDO, 1975, p.104), a geração de 1870 dá suas contribuições: levando à frente a crítica nacionalista romântica, Silvio Romero apresenta ao país a renovação intelectual do Naturalismo cuja desembocadura é *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. A ciência vem em socorro da literatura nos novos diagnósticos da brasilidade; a natureza, com a entrada de um “bando de idéias novas” no pensamento brasileiro, recebe um sentido renovado: a “*ambiance*” da natureza romântica se enrijece no determinismo da idéia de “meio”.

Conclusão

Pádua (2005) ao investigar as possíveis ligações entre o pensamento romântico e o pensamento ambientalista contemporâneo busca as raízes da crítica ecológica nas primeiras formulações do romantismo brasileiro. Trata-se de um empreendimento legítimo, contudo parece-me uma proposta que empobrece a complexidade das reflexões sobre natureza e sociedade na história do pensamento ocidental e que, por vezes, atribui a contextos históricos muito peculiares idéias e valores caros a contemporaneidade.

Escolhi outro trajeto de modo a evitar os tais “absurdos históricos” aos quais me referi na introdução do trabalho e que, por vezes, vitimam os incautos historiadores do pensamento. Meu maior esforço, neste trabalho, foi analisar e compreender a natureza dos românticos a partir de seu próprio tempo, sociedade e cultura ao apontar de que forma a preocupação com

a natureza se articula com uma temática cara ao pensamento social brasileiro: a questão nacional. No período compreendido entre a Independência Política do país (1822) e a proclamação da República (1889), a conformação de uma civilização nos trópicos, assim como a perspectiva de construção da nação, teve como mote a “questão do atraso”: a elite política e intelectual do período ansiava pelo progresso como o principal suposto para se chegar uma nação civilizada; tal ânsia, contudo, era contrastada pelas condições estruturais vigentes no país.

Retomo, portanto, o que já se pensou sobre as relações entre natureza e sociedade, para avaliar as possibilidades de produção de novas reflexões e novos modos de análise – teóricos e metateóricos – capazes de abarcar a complexidade de nossa sociedade e de nosso tempo. Localizar a questão ambiental no interior do pensamento social e político brasileiro significa dar asas à capacidade heurística dessa problemática e afirmá-la como essencial à reflexão sociológica, reconhecendo sua centralidade não só para a sociedade contemporânea, mas também para a compreensão da história humana.

SANTOS, A. C. V. R. The Brazilian romantic's nature: an environmental sociology approach. *Perspectivas*, São Paulo, v.38, p.75-92, July/Dec. 2010.

■ **ABSTRACT:** *It is proposed in this article a brief incursion in the history of what was thought about nature and society in the Brazilian social thought from the point of view of the Brazilian environmental sociology. As a first step in this long journey, it is broached the nature's idea as it is built in the Brazilian romantic literature in the XIX century.*

■ **KEYWORDS:** *Brazilian Romanticism. Brazilian social thought. Ecology.*

Referências

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB*, São Paulo, n.53, p.35-78, jan./jun. 2002.

ARAÚJO, R. B. *Guerra e paz: casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: 34, 1994.

BECK, U. *Risk society: towards a new society*. London: Sage Publications, 1992.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, p.63-80, out. 1998.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DUARTE, R. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.41, n.2, p.144-161, 2005.

FERREIRA, L. C. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

GERBI, A. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GILPIN, W. *An essay on prints*. London: R. Blamire, 1768.

GOMBRICH, E. H. *Norma e forma: estudos sobre a arte da Renascença*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEIS, H. R. Para uma reestruturação interdisciplinar das ciências sociais: a complexa tarefa de enfrentar os desafios da problemática ambiental sem cair no senso comum da sociedade civil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, n.8, p.145-154, jan./jun. 2001.

MEUCCI, S. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. 2006. 330f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

MOL, A. P. J. Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFF, M. W. (Ed.). *The international handbook of environmental sociology*. Cheltenham: Northampton, 1997. p.138-147.

MORAES, A. C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

NAXARA, M. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, S.;

NAXARA, M. *Memória e (res) sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. p.427-451.

ORTIZ, R. P. O guarani: um mito de fundação da brasilidade. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.40, n.3, p.261-269, mar.1988.

PÁDUA, J. A. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? *Varia História*, Belo Horizonte, v.21, n.33, p.58-75, jan. 2005.

PASSERON, J-C. *O raciocínio sociológico*: o espaço não popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.

SESI; INSTITUTO RICARDO BRENNAND. *O Instituto Ricardo Brennand e o resgate do Brasil holandês*. São Paulo: SESI; Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2007. Catálogo de exposição.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, J. *Meaning & context*: Quentin Skinner and his critics. New Jersey: Princeton University Press, 1998. p.57-89.

SPITZER, L. Milieu and ambience: an essay in Historical Semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, Buffalo, v.3, n.2, dec. 1942.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VENTURA, R. *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VOLOBUEF, K. *Frestas e arestas*: a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. (Prismas).

WEGNER, R. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.